



Anais da Assembléia

N° 030

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB -- 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Fogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** -- 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakín - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** -- 06: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** -- 06: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** -- 06: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezeira Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** -- 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** -- 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** -- 03: José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** -- 07: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATM. DA 27.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Heinz Herwig.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartório, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Janusso, Ademair Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kelsse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Dúlio Genari, Edson Silva Lino, Élio Ruschi, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Arthur Ritti, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Ernani Fudell, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Milton Barbosa, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço e Rossoni (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens

MENSAGEM N° 008/93

Curitiba, 06 de abril de 1993.
 Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva denominar "Rodovia Prefeito João Alexandre", o trecho da PR-166, entre Paranavaí e Tamboara.

Com a presente medida o Governo do Estado procura expressar seu reconhecimento, prestando homenagem póstuma a um homem

público da mais alta envergadura e que muito contribuiu para o desenvolvimento da Região Noroeste do Estado. Tendo perdido a vida tragicamente antes do término de seu mandato, o ex-Prefeito João Alexandre, de Tamboara, constituiu-se numa das principais lideranças em prol da construção da mencionada rodovia, que hoje reduz distâncias e, conseqüentemente, custos no escoamento da produção daquela promissora Região do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá o devido acolhimento dessa augusta Casa, colho do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - Fica denominado "Rodovia Prefeito João Alexandre" o trecho da PR-466, que liga Paranavaí a Tamboara.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

SOB os n.ºs DTL/SAT/035, 036, 037, 039 e 040/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

412/92: De autoria do ex-Deputado João Arruda, que reconhece como de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Salto do Lontra-PR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.261. **Anote-se - Arquite-se.**

338/92: De autoria do Deputado Renato Adur que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.262. **Anote-se - Arquite-se.**

419/92: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.263. **Anote-se - Arquite-se.**

068/93: Do Tribunal de Justiça do Estado que, dispõe sobre os níveis de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 01 de março de 1993, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.264. **Anote-se - Arquite-se.**

072/93: Do Tribunal de Contas do Estado que, reajusta, conforme especifica, os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, a partir de 01 de março de 1993, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.265. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n° DTL/SAT/034/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 351/92, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação que considera a medida contrária ao interesse público, porque a pretendida nova denominação desatende os requisitos estabelecidos pela Deliberação n° 51/82, do Conselho Estadual de Educação. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/038/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 259/91, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° 0230/93, do Senhor Luiz Carlos Delazari - Procurador Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 189/93, do Senhor Desembargador Ronald Accioli Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que tem por objetivo dar nova redação a letra "h", do inciso I, do art. 235, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado). Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N° 1736/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 12/04, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Milton Zanonn e Senhora Bertolina Zanonn.

No dia 24/03/93, um sentimento comovente, pairou sob o Município de Rebouças, que o fez parar, parou diante de um trágico acidente, que tomou um casal amigo, lideranças que trabalharam sempre pelo bem da comunidade, principalmente daqueles menos favorecidos.

Os anos de suas vidas, tirados de uma forma trágica, devem ser considerados pelas qualidades e atitudes magnânimas, eles deixaram marcas.

Associamo-nos portanto, à família enlutada, entristecidos particularmente os seus parentes, deixando assim registrados o profundo sentimento da perda, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que sejam enviados votos de pesar ao Excelentíssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Leonel de Moura Brizola, pelo falecimento da esposa, D. Neuza Brizola, na última quarta-feira, 07 de abril.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os integrantes do Poder Legislativo do Paraná querem juntar-se aos milhões de brasileiros que, enlutados, expressam ao grande líder nacional, Dr. Leonel de Moura Brizola, DD. Cidadão Honorário do Paraná, as condolências pela perda da exemplar companheira, que sempre o acompanhou, até mesmo nos momentos mais difíceis de sua vida.

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a consignação em Ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Consetta Caramagno, mãe da Senhora Elizabeta - Gerente do Posto Bamerindus, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 767

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que se officie ao Senhor Governador do Estado e ao Prefeito de Ponta Grossa, se aqueles irão viabilizar recursos para a implantação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Da parte da Prefeitura o Senhor Secretário de Saúde incentiva a implantação do curso pela Universidade. À sua criação falta tão somente a garantia do Governador e do Prefeito, meios e recursos para sua efetivação.

A Universidade cuida para que a parceria do curso seja associada com os poderes governamentais e a comunidade em geral, para poder oferecer um curso a altura do ensino com recursos que não poderão faltar para a sua funcionabilidade.

O Governador e o Prefeito alocando recursos e meios, o curso de Medicina por parte do Conselho Universitário estará criado em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura, solicitando que o terminal de calcário seja instalado no Município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A nossa reivindicação fundamenta-se em requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Kaloré, tendo em vista que Apucarana é o município mais apropriado para receber a instalação do terminal de calcário, por localizar-se no centro da região do Vale do Ivaí, o que beneficiará o pequeno e médio produtor.

Neste sentido, esperamos que a solicitação em questão, seja atentamente analisada, viabilizando-se a nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja informado a atual situação das obras de construção da Ponte sobre o Rio Paraná, na localidade de Icaraíma, no Distrito de Porto Camargo, divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

São grandes as expectativas da conclusão da Ponte Camargo, como é conhecida a que liga o Estado do Mato Grosso do Sul ao Paraná, na altura de Icaraíma.

O Estado do Paraná, a região Noroeste, o Porto de Paranaguá, enfim o País em muito se enriqueceria com o término da referida ponte, principalmente para o escoamento da safra de grãos - produção exemplar no Centro Oeste do Brasil.

Muito se tem falado em obras importantes a serem feitas ou terminadas, como a FERROESTE, a duplicação da BR-101, entre outras, e o Governo do Estado, num esforço reconhecido pelos paranaenses, tem-se esmerado para priorizá-las em seu orçamento e procurado encontrar soluções para o seu andamento e a Ponte Camargo tem que ser uma delas. Deve ser incluída como obra prioritária, exigindo de todos nós, políticos, empresários, homens, mulheres, trabalhadores, estudantes, comerciantes, enfim todos que vivem nessa região de uma união em torno dessa causa, levando o Governo a uma decisão urgente para a sua conclusão.

REQUERIMENTO N° 765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de que seja determinado a inclusão do Município de Vila Alta, no "Programa de Apoio à Abatedouros Municipais e/ou Comunitários", com a celebração de um Termo de Cooperação Técnica-Financeira.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta de parceria entre o Governo do Estado e os Municípios paranaenses, é sem dúvida o melhor caminho para a administração pública resolver seus problemas.

Uma dessas parcerias é o Programa de Apoio a Abatedouros Municipais e/ou Comunitários que a SEAB, tem levado as Prefeituras as quais beneficiam a população residente, especialmente as mais carentes, pois reduz sensivelmente o custo da carne consumida, oferecendo garantia e segurança na qualidade da alimentação.

REQUERIMENTO N° 766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado providências para a pavimentação asfáltica na Rodovia que liga a localidade Três Placas, em Umuarama, ao distrito de Carboneira, em Maria Helena.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em tela apresenta grande fluxo de veículos, pois, faz ligação entre dois municípios, sendo que por não estar ainda asfaltada apresenta sérias dificuldades quando chuvas e a seca prejudicam sensivelmente o estado de Tráfego, causando prejuízos para o escoamento da safra.

REQUERIMENTO N° 768

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUIR, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Moacir Favetti, solicitando uma viatura policial para o distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa.

Distrito este que conta com um subdelegado e dois policiais militares, que sem uma viatura não tem possibilidade do efetivo e eficiente cumprimento do dever legal.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 769

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUIR, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando para que, proceda à melhoria da telefonia do Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, que tem sua comunicação prejudicada.

Com a ocupação da única linha existente entre o distrito e a cidade, quem necessitar com urgência pedir recurso fica impossibilitado.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUIR, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando para que, sejam realizados os trabalhos de readequação de 20 Km de estradas rurais, envolvendo a microbacia do Rio Moinho e a microbacia do Tabuleiro; cujos pedidos e reivindicações irá atender essa importante parte de distrito de Guaragi, dando meios com cascalho nas estradas, e condições de trânsito em dias de chuva, para o escoamento de seus produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 771

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUIR, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Professor Elias Abrahão, consubstanciado, em solicitação para que, proceda à implantação do ensino de 2° grau no distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Os jovens residentes no distrito de Guaragi que cursam o 2° grau precisam deslocar-se todas as noites de ônibus de Guaragi até Ponta Grossa com o objetivo de estudar, se for implantado o ensino de 2° grau neste Distrito, além de beneficiar a juventude que pratica o transporte pendular, irá incentivar outros jovens que por algum motivo não podem deslocar-se até Ponta Grossa para estudar.

REQUERIMENTO N° 774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUIR o envio de expediente a todos os Deputados Federais e Senadores da República, solicitando que não aprovem o Projeto de Lei n° 824/91.

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) DOUTOR ROSINEA

Apoiamento: Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Setores conscientes da sociedade brasileira estão preocupados diante dos últimos acontecimentos que dizem respeito à aprovação da Lei de Propriedade Industrial no Congresso Nacional.

Os temas abordados em tal Projeto terão sérias conseqüências na vida nacional, repercutindo na economia, no desenvolvimento industrial, na sociedade, no meio ambiente, entre outros aspectos. Portanto, não pode tal lei ser aprovada sem uma ampla e convincente discussão da qual participem os mais amplos setores da sociedade

brasileira, sob o risco de comprometermos toda a perspectiva de desenvolvimento soberano de nosso País.

O acesso ao desenvolvimento técnico-científico e a liberdade do uso de conhecimento não podem ser cerceados por um projeto imposto segundo as vontades e necessidades das empresas multinacionais e de um governo estrangeiro. Muito menos podemos admitir que o governo norte-americano nos ayrida em nossa soberania impondo, sob ameaças de retaliações econômicas, até mesmo a data de aprovação de tal lei.

Exigimos de público a imediata suspensão do regime de urgência no Congresso Nacional para a votação do Projeto de Lei n° 824/91 e a abertura de um processo de debate sobre os temas em questão, do qual tenham acesso e participação todos os setores representativos e interessados da sociedade.

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência e digníssima Corte, REQUERER, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, matéria escrita pelo ilustre Professor Doutor René Ariel Dotti, intitulada "A Injusta Pena de Rejeição Social".

Sala das Sessões, em 12.04.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Doutor René Ariel Dotti é Professor Titular da Universidade Federal do Paraná e membro da Comissão criada pelo Ministro da Justiça para reforma do Código Penal.

Ao expressar com costumaz clareza, Dr. Dotti, manifesta em nome de todos nós a homenagem a criação da SOFRE - um projeto comunitário em defesa dos Direitos Humanos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 123/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Programa Pró-Produtividade Agrícola Paranaense com o objetivo de apoiar o investimento na produção rural do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei consideram-se investimentos a ampliação da área sob atividade produtiva e/ou o aperfeiçoamento das técnicas de produção empregadas na agropecuária.

Art. 2° - A execução do Programa fundamenta-se no atendimento das seguintes finalidades:

a - Instituir uma linha de crédito pa-

ra o investimento, exclusiva e inédita, no sistema financeiro oficial paranaense;

b - aumentar e diversificar o universo de clientes do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO.

c - reduzir desigualdades no acesso ao crédito rural;

d - facilitar o pagamento dos empréstimos assumidos pelos beneficiários;

e - estimular o investimento no setor primário do Estado;

f - contribuir para a modernização tecnológica da produção rural;

g - estimular a correção da acidez e da fertilidade do solo agrícola paranaense, preservando o meio ambiente e a ecologia;

h - viabilizar o uso da irrigação na agricultura estadual;

i - aumentar a oferta de alimentos e diminuir os preços destes no Estado;

j - implementar nova dinâmica no setor primário, estendendo seus benefícios para o restante da economia do Estado;

k - tornar possível a produção da micro, pequena e média propriedade rural;

l - garantir condições para a fixação do homem do campo em seu próprio meio, colaborando decisivamente para reduzir o fluxo migratório em direção às cidades.

Art. 3° - Poderão ser beneficiários do Programa, os produtores rurais e suas associações que venham a satisfazer as seguintes condições:

I - ser micro, pequeno e médio produtor rural;

II - não ter sido condenado em ação judicial transitada em julgado por prática de ilícitos fiscais, perante qualquer das Varas de Fazenda do Estado do Paraná;

III - não terem, comprovadamente, causado danos ao meio ambiente; e

IV - apresentar projeto técnico elaborado por órgão responsável da administração pública estadual.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, entende-se como produtores rurais:

I - micro-produtor: os trabalhadores rurais que explorem unidades produtivas com áreas até um módulo fiscal, cuja receita bruta não ultrapasse o equivalente à venda de mil sacos de milho;

II - pequeno produtor: os trabalhadores rurais que explorem unidades produtivas com área entre um a cinco módulos fiscais, cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a três mil sacos de milho; e,

III - médio produtor: os trabalhadores rurais que explorem unidades produtivas com áreas entre três a oito módulos fiscais, cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a oito mil sacos de milho.

Art. 4º - O programa será constituído pela seguintes fontes de recursos:

a - a carteira de crédito agrícola do Banco do Estado do Paraná S/A;

b - dotações orçamentárias, específicas;

c - contribuições da iniciativa privada; e,

d - resultado operacional próprio do sistema financeiro oficial paranaense.

§ 1º - A participação do BANESTADO corresponderá ao valor equivalente à metade de suas reservas disponíveis consignadas no montante de exigibilidade de aplicação do crédito rural.

§ 2º - A alocação de recursos decorrentes de dotações orçamentárias somente servirão para subvencionar os empréstimos contraídos pelos beneficiários.

Art. 5º - A gestão financeira do Programa ficará a cargo do Banco do Estado do Paraná, para o qual serão destinados todos os recursos financeiros definidos no "caput" do artigo anterior.

Art. 6º - Os recursos do Programa destinam-se a:

a - cobrir integral ou parcialmente os custos de empreendimento através do financiamento das lavouras de feijão, milho, mandioca, arroz, cebola, batata e hortifrutigranjeiros; da produção de leite; e da criação de aves, suínos e peixes de água doce em estabelecimentos rurais;

b - financiar a correção do solo; e,

c - financiar estruturas de irrigação,

Art. 7º - A concessão do crédito a que se refere esta lei terá como condições:

I - a amortização do valor do principal e dos encargos financeiros será efetuada em parcelas semestrais, na forma de equivalência/produção.

II - o prazo máximo de financiamento será de 60 (sessenta) meses;

III - o pagamento correspondente ao vencimento da primeira parcela do empréstimo ocorrerá de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses a contar da assinatura do contrato de financiamento.

§ 1º - Para o disposto neste artigo, consideram-se encargos os juros, a correção monetária.

§ 2º - O início do pagamento do empréstimo dar-se-á após a conclusão do investimento.

§ 3º - O regulamento do Programa estabelecerá o valor mínimo do investimento a ser financiado.

Art. 8º - O Programa Pró-Produtividade Agrícola Paranaense será gerido por um Conselho de Administração e apoiado tecnicamente por uma Secretaria Executiva.

Art. 9º - O Conselho de Administração será integrado pelos Secretários de Estado da Agricultura e Abastecimento, que o presidirá; pelo Secretário da Fazenda; Secretário do Trabalho e Ação Social, pelo Secretário de Assuntos do Meio Ambiente, pelo Presidente do Banestado; e, por quatro representantes indicados pelos agricultores.

Parágrafo Único - Caberá às entidades sindicais dos trabalhadores agrícolas designar os membros que as representarão no referido Conselho.

Art. 10 - Compete ao Conselho de Administração analisar e julgar os pareceres técnicos da Secretaria Executiva, decidindo pela liberação ou não dos créditos e publicar mensalmente no Diário Oficial do Estado a relação dos beneficiários do Programa, com os respectivos pareceres da Secretaria Executiva, a decisão do Conselho de Administração e as condições de crédito concedidas.

Art. 11 - A Secretaria Executiva será composta por pessoal técnico qualificado dos órgãos integrantes da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, cujas atribuições serão:

a - analisar a viabilidade técnica do projeto, emitindo parecer que será remetido ao Conselho de Administração;

b - prestar contas às Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Secretaria de Assuntos do Meio Ambiente e ao Banestado;

c - controlar a implantação dos projetos de investimentos deferidos; e,

d - enviar relatório mensal circunstanciado à Assembléia Legislativa, contendo os nomes dos autores dos projetos de investimentos analisados, a localização dos estabelecimentos rurais, por municípios beneficiados pelo Programa; os pareceres técnicos da Secretaria Executiva, a espécie de investimento a ser financiado e as condições de crédito concedidas.

Art. 12 - A liberação dos recursos aos beneficiários ocorrerá mediante aprovação dos projetos de investimentos, pelo Conselho de Administração e dar-se-á até o décimo dia da data da assinatura dos contratos.

Art. 13 - Os créditos adicionais para atender as despesas decorrentes desta lei deverão ter previsão no Orçamento Anual do Estado do Paraná.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.93.

(a) FLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Não há dúvidas de que os micro, pequenos e médios produtores rurais do Estado do Paraná, carecem, há muito, de um novo impulso para suas atividades agropecuárias. E, acreditamos, uma linha exclusiva, especial e inédita de investimentos, como a que se propõe aqui, garantiria este incentivo aos homens do campo.

O Banco Central obriga a todos os bancos comerciais aplicarem o correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) dos seus depósitos à vista em crédito rural. Portanto, condições para a implantação deste Programa Pró-Produtividade Agrícola Paranaense existem, na medida em que há esta obrigatoriedade normatizada pelo Governo Federal.

Falta apenas a decisão política para compensar o Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, pelas custas adicionais que teria em direcionar os recursos obrigatórios para o investimento agropecuário, em vez de destiná-los especificamente ao custeio.

A presente lei permitirá ao Banestado subvencionar o crédito de investimento, sendo para isto compensado com recursos do Tesouro do Estado, previstos no Orçamento Anual do Paraná.

O efeito desta postura trará um efeito multiplicador muito maior do que na forma concebida até hoje pelo Poder Executivo, que destina os recursos como prêmio à quem promova a expansão de sua atividade ou o aumento da produtividade.

Isto porque só pode expandir sua atividade ou melhorar a produtividade quem tem recursos financeiros para tanto, o que, absolutamente, não é o caso dos micro, pequenos e médios agricultores do Paraná, cada vez mais descapitalizados, explorados e carentes de um novo enfoque de suas situações, pelas autoridades competentes. Estes, os agricultores, carecem de uma injeção de recursos e atendimento técnico permanente, para ressarcimento a médio prazo, com carência adequada a cada caso.

O que se busca com esta lei é, em última análise, criar estas condições, embasada nas finalidades previstas em seu próprio teor, para o que contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta egrégia Casa de Leis, objetivando aprová-la como instrumento de apoio aos agricultores menos favorecidos que trabalham no Estado, contribuindo desta forma, também o Legislativo, para que se encontrem soluções para os graves problemas enfrentados pelo

homem do campo.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU ALVES DE MOURA - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Venho hoje à tribuna para ressaltar a grande importância que se reveste para o Oeste e Sudoeste do Paraná, a construção da Ferrovia Paraná, a Ferroeste. O significado desta obra tem trazido a toda a população que se servirá dela, um ânimo extraordinário. A Ferroeste trouxe para o Oeste do Paraná e está trazendo para o Sudoeste, um ânimo redobrado dos agricultores, dos empresários e dos industriais, porque esta obra é de vital importância para o desenvolvimento e para o progresso daquelas duas regiões do nosso Estado. Como se sabe, regiões que produzem a maior quantidade de grãos deste Estado.

Esta obra teve seu início na gestão do ex-Governador Álvaro Dias, brilhantemente executada pelo Deputado Heinz Herwig, e agora tem implementada e fortalecida no governo de Roberto Requião, a execução plena da Ferroeste.

Sr. Presidente, como políticos, ao visitar nossa região, sentimos do povo do Paraná, da região Oeste, a felicidade e esperança de que em breve a Ferroeste esteja pronta para fazer o escoamento da safra da nossa região; safras importantes para a economia do Estado.

Também é preciso dizer aqui da visão de estadista, do governador Roberto Requião, pensando em fortalecer uma obra tão importante, fez com que o Governo do Estado de São Paulo, através de uma obra ligando o Rio Tietê ao Rio Paranapanema, procura viabilizar estes dois importantes rios para fazer o transporte de grãos do Mato Grosso do Sul e do Paraná, também da região Oeste, através de um sistema hidroviário.

Se o Paraná, se o Governo do Estado do Paraná não tivesse a visão que teve, através dos governadores que antecederam e através do nosso Governador Roberto Requião, com certeza estaríamos ficando para trás.

Por isto, Sr. Presidente, quero ressaltar aqui a visão de estadista do nosso governador, sem deixar de fazer aqui o registro da importância do vice-Governador Mário Pereira, grande incentivador da Ferroeste, ele que esteve, desde o início, por trás desse projeto, brigando de forma velada e entusiasmada para que a Ferroes-

te se tornasse uma realidade. Hoje, nós presenciamos, por exemplo, Sr. Presidente, na cidade de Guaraniaçu, a Ferroeste propiciando àquela cidade, àqueles municípios, Ibema, Catanduva, Cascavel, emprego pleno, não existem desempregados, todos absorvidos com mão-de-obra pela Ferroeste, e por outras obras que o Governo do Paraná executa em nossa região.

Pessalto também a firmeza do Presidente da Ferroeste, empresário de Cascavel, Sr. José Carlos Senden Júnior. Com uma visão séria e honrada o Presidente José Carlos Senden Júnior obedece a rigorosa orientação do Governador e do vice-Governador, buscando fazer com que o cronograma físico da obra seja plenamente cumprido.

Por isso é que venho hoje a esta tribuna para dizer da nossa felicidade, do nosso entusiasmo, da nossa esperança em relação à Ferroeste, uma obra tão importante para o Paraná e para o Brasil; dizer que o Governo do Paraná é diferente do Governo Federal, porque a Ferrovia Norte/Sul, a Ferrovia do Aço, obras que gastaram dinheiro público aos montes e se encontram paradas, obras que não tinham tanta significação para serem construídas.

Está aí o Governo do Paraná com recursos próprios, sem nem um tostão do Governo Federal, sem nenhum cruzeiro dos organismos internacionais, tocando essa obra que será a redenção do Oeste e do Sudoeste do Paraná e também do Mato Grosso do Sul, fortalecendo o Porto de Paranaguá, barateando o frete e dando mais dinheiro para os agricultores empobrecidos pela nefasta política agrícola do Governo Federal.

Por isso, Sr. Presidente, este é o sentimento que a nossa região vivencia hoje, um sentimento de alegria, de esperança, um sentimento de uma região carente em infra-estrutura, uma região que trabalha e que produz para o nosso Estado e que agora é presenteada por este Governo do Estado de forma vigorosa com a construção dessa importante obra que irá trazer para todos os destinos e sudoestinos, um progresso extraordinário e generoso.

Registro aqui, Sr. Presidente, as minhas palavras, que é, com certeza, a palavra de cem por cento da população que reside nas duas regiões do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB - Declina.

PSDB - Declina.

BPI - Declina.

PTB - Declina.

PFL - Declina.

PP - Declina.

PDT - Declina.

PT - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 824/91. Este projeto de lei diz respeito ao registro de patentes. Esse projeto já vem tramitando acerca de dois anos e logo no início que foi dada a entrada pelo ex-Presidente Fernando Collor, esta Casa de Leis se manifestou, através de um requerimento, contrário a esse projeto.

Hoje ele volta à pauta no Congresso Nacional, projeto enviado pelo Governo Collor, por exigência das multinacionais e do governo americano. Nós brasileiros não podemos admitir a intervenção do governo americano e do Fundo Monetário Internacional na nossa política. Não podemos admitir a intervenção na nossa economia.

Agora, tal projeto não só tem intervenção sobre a política e a economia, mas sobre todo o setor de ciência e tecnologia e registro das patentes. Significa esse projeto a dependência industrial, econômica, científica do nosso País em relação aos Países do Primeiro Mundo. Significa que tudo e qualquer coisa que aqui for produzida, devemos pagar patente aos Estados Unidos.

Nós queremos aqui lembrar que, durante a ECO-92, o Presidente Bush se negou a assinar acordos internacionais que visavam pôr fim à destruição do meio ambiente. Pois bem, agora o próprio governo americano e o próprio ex-Presidente exigiam essa carta de patentes, a Lei de Patentes, a ser votada em nosso País.

Esse tipo de lei é uma barreira a todo desenvolvimento científico, tecnológico do nosso País. É uma barreira à liberdade do uso de conhecimentos, fazendo com que sejamos cerceados por esse projeto por vontade e necessidade das empresas multinacionais e de um governo estrangeiro. Nós, como brasileiros, que queremos ver o País desenvolvido, queremos um País independente, um País que goze de liberdade, de um País que possa fazer toda a sua pesquisa científica e tecnológica independente. Não podemos admitir que tal projeto seja aprovado.

Então, nesse sentido, estamos apresentando um requerimento a ser enviado aos Srs. Deputados Federais e Senadores, pedindo a suspensão do regime de urgência no Congresso Nacional, e pedimos a abertura de um processo de debates sobre os temas em questão e do qual toda a sociedade civil organizada tenha acesso a esse debate, para que, democraticamente, a sociedade

de científica, tecnológica, enfim, a sociedade civil, organizada, decida o que deseja para o Brasil na questão da ciência e da tecnologia.

Nesse sentido é que pedimos o apoio dos Srs. Deputados a esse requerimento, visando a suspensão do regime de urgência do Projeto de Lei n° 824/91, e abertura de um processo de debates sobre esses temas com a sociedade civil organizada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1736/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoio. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 399/92, que declara de Utilidade Pública a Escola Profissional Padre João Piamarta-Creche Sagrada Família, de União da Vitória. Aprovado. (Publ. no DA. n° 171, de 30.11.92).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/91, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, revoga a Resolução n° 047/90, de 03 de julho de 1990, que autorizou a realização de plebiscito na área que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 431/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, para Érico da Silva. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. n° 185, de 15.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 431/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei n° 431/92, visa conceder ao ilustre cidadão Senhor Érico da Silva, o Título de Cidadão Honorário do Paraná, por tudo que fez, elevando o nome do Estado do Paraná e sua arte, a outros Estados Brasileiros, e também a outros países, dignificando a terra dos pinheirais.

Analisando o curriculum do Senhor Érico da Silva, achamos justa a homenagem que se pretende prestar a este ilustre brasileiro, que tão bem soube representar o nosso Estado, a nossa Nação e principalmente a nossa cultura.

Desta forma, damos o nosso parecer favorável à aprovação do presente Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só registrando o voto contrário da Bancada do PT, pelas razões que já dissemos várias vezes: não é por sermos contra a pessoa que está sendo homenageada, mas, simplesmente por desconhecermos o passado do homenageado. Então, voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433/92, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação Antoniana dos Idosos de São Pedro do Ivaí, com sede no município de São Pedro do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 185, de 15.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 433/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antonio Costenaro Neto, o Projeto de Lei n° 433/92, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação Antoniana dos Idosos de São Pedro do Ivaí, com sede no Município de São Pedro do Ivaí, neste Estado, a entidade encaminhou toda a documentação necessária para a elaboração do presente projeto.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada impede a sua tramitação normal por esta Casa de Leis, e sua posterior aprovação pelo Plenário, sendo favorável o parecer desta douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 069/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Paredense- ASDECOPA, no Município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA. n.^o 15, de 15.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 69/93

PARECER:

O Projeto de Lei n.^o 69/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Paredense- ASDECOPA com sede e foro no município de Altônia.

Sob aspectos legal, regimental e constitucional, não existem óbices, à normal tramitação da matéria e da apreciação pelo Plêrário, pelo que opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 087/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Milton Luiz Pereira, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no DA. n.^o 19, de 22.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 087/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei n.^o 087/93, visa conceder ao ilustre advogado e professor Deputado Milton Luiz Pereira, Ministro do Superior Tribunal de Justiça da República Federativa do Brasil, o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Por tudo que fez no meio jurídico de nosso Estado, e por estar tão bem representando o Paraná na mais alta corte do judiciário brasileiro, nada mais justo que se preste esta homenagem a este paulista de nascença, mas paranaense por opção, e que alcançou o sucesso em sua carreira profissional graças ao seu esforço, mas acima de tudo, baseado na honestidade daqueles que cumprem e fazendo cumprir as leis, scube trilhar o seu caminho de sucesso com humildade e honradez.

Analisando o curriculum anexo ao presente Projeto de Lei, esta douta Comissão

de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável para que se preste esta justa homenagem aquele que tão bem tem representado o Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator.

Aprovado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Com os votos contrários da Bancada o PT, pelas mesmas razões anteriores.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Quero registrar, Sr. Presidente, o voto favorável do Partido Liberal ao Dr. Milton Luiz Pereira, que passou por esta Assembléia Legislativa e deixou a marca da sua inteligência, do seu trabalho, da sua responsabilidade, do seu comportamento exemplar, da sua cultura. Abrindo mão de seus direitos parlamentares ingressou na magistratura. É para o Paraná uma das figuras mais representativas e que honra o Paraná e o Tribunal Superior do Trabalho.

Um voto de regozijo à iniciativa do Deputado de Campo Mourão, porque o Dr. Milton Pereira merece o respeito, a solidariedade e o apoio de todos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa entende da mesma forma que V.Exa., Deputado Colombino Grassano.

Está Aprovado o projeto, com o voto contrário da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 089/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Estadual o Serviço de Obras Sociais no município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.^o 20 de 23.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 089/93

PARECER:

De autoria do Deputado Nelson Garcia, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública Estadual o Serviço de Obras Sociais no município de Altônia.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, Lei n.^o 6994, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 098/93, de autoria do Deputado Orlando Pessutti, que declara de Utilidade Pública o Centro Promocional e Creche Aracy Soares Santos, com sede e foro no município de Londrina-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 24 de 30.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 098/93

P A R E C E R:

Propõe o autor seja declarado de Utilidade Pública o Centro Promocional e Creche Aracy Soares Santos, com sede em Londrina, Paraná.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) FRONDY SILVÉRIO - Presidente

DALEON MACHUCA - Relator

Sobre a Mesa, Requerimento n.º 773, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 762, de autoria do Sr. Deputado Tori Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 772, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 761, de autoria do Sr. Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 763, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 764, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n.ºs. 765 e 766, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 768, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 767, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n.º 769, 770 e 771, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 774, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, apoio do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 754, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutti) - Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se: Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se:

10 APROVAM.

18 REJEITAM.

Está REJEITADO.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Para justificar meu voto. Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Recentemente eu estava na cidade de Maringá e fui alertado por uma questão muito séria no que diz respeito à Polícia Civil daquela cidade. Nos últimos dois anos ela tem atuado de uma maneira irregular. Todo e qualquer acusado de roubo ou qualquer outro tipo de acusação naquela cidade, a Polícia faz a extorsão desses cidadãos, seja ele culpado ou não. Já existe registro feito na delegacia, os próprios meios de comunicação de Maringá já deram notícias a respeito disso e, mais, aquele que se nega de ser extorquido é assassinado.

A razão desse requerimento era para saber como que estava a situação de violência da Polícia Civil em relação à população de Maringá. É para saber se existe esquadrão da morte organizado na Polícia Civil atuando e assassinando cidadãos na cidade de Maringá e Sarandi. Nada mais do que isso.

Agora eu sei que a bancada que se comporta de apoio ao Governo pode estar acobertando esquadrões da morte que atuam naquelas cidades. São irresponsáveis Deputados que votam contra qualquer tipo de pedido de informação, uma vez que pedido de informação é instrumento de fiscalização do Poder Executivo, de instrumento de exercício de cidadania, de instrumento de defesa dos direitos dos cidadãos e aqui

está sendo podado e castrado esse direito de pedir informações. Portanto, Srs. Deputados, estão acobertando muito provavelmente um esquadrão da morte naquelas cidades uma vez que não deixam investigar que é um poder como o que nós temos que é o Poder Legislativo. Agradeço a boa vontade de Vs. Exas. de contribuir com a justiça do nosso Estado e muito para o fim da violência. Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, para justificar meu voto.

Votei, Senhor Presidente, em favor do requerimento do Deputado Rosinha, porque eu não procuro me excluir de problemas municipais. A minha atividade parlamentar, como de todos os Srs. Deputados circunscreve aos assuntos altos do interesse do Estado.

Ocorre que recebi há poucos dias da Associação Comercial de Arapongas e não trouxe ao conhecimento desta Casa, uma denúncia gravíssima de que não existe garantia no município de Arapongas. A cidade de Arapongas está completamente abandonada pelas autoridades policiais. O último delegado foi afastado por determinação do Sr. Promotor Público da Comarca por ter estuprado uma menor dentro das dependências da delegacia de polícia de Arapongas.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda e qualquer medida que venha significar uma repreensão de tudo aquilo que signifique uma vigilância contra aqueles que não oferecem segurança ao contribuinte, ao munícipe paranaense deve receber da nossa parte o apoio.

Não sei por que pessoas ligadas aos meios de comunicação como o meu colega Carlos Sinões que leva todos os dias à televisão as denúncias sobre os arbítrios da polícia ou sobre a omissão da polícia sobre os crimes que acontecem e que vota passivamente contra um requerimento que é moralizador.

Não estou aqui para criticar ninguém. Estou aqui para dar a minha posição, a posição de quem quer ver a sociedade defendida; quer ver as nossas crianças protegidas, os menores não atingidos por policiais que aprontam e que cometem crimes como os cometidos no município de Arapongas.

Eu não vim aqui acusar o Sr. Secretário de Segurança Pública, não vim aqui acusar o Sr. Governador por um ato, por um gesto, por um crime cometido por um delegado de polícia. Eu sei onde vai o meu direito e onde começa a responsabilidade do próprio Governador, do Secretário de Estado, do Diretor de Departamento e até do delegado de Polícia.

É por esta razão, Sr. Presidente, que

votei favoravelmente ao requerimento do Deputado Dr. Rosinha, como votei contrariamente antes, porque não abduco dos princípios em que fui formado, de manter uma linha de conduta, de comportamento que me faça credor, ou ao menos amigo e respeitado por todos os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Esta Presidência entende que deverá, na sequência, contar com a compreensão, colaboração e a mesma boa-vontade dos Srs. Deputados, boa-vontade esta solicitada da Presidência, no sentido de que possamos cumprir o Regimento Interno da Casa.

Diz o Artigo 61: - "É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa declaração para publicação de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer qualquer comentário da tribuna."

A Mesa tem sido cobrada constantemente no cumprimento do Regimento. Então eu peço a compreensão dos Srs. Deputados que quando quiserem justificar o seu voto que o façam durante o encaminhamento da votação, que terá amparo regimental. Porque justificativa de voto, depois de procedida à votação somente por escrito e encaminhada à Mesa, conforme estabelece o artigo 61, a não ser que o revogemos quando das modificações que estão previstas pelo Regimento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu assim procedi porque tenho assistido aqui nesta Casa, neste Plenário, convocarmos pessoas completamente alheias aos nossos assuntos, a assuntos que dizem respeito ao Paraná, virem ocupar a tribuna. Esta tribuna é livre, é tribuna para todos, para se manifestarem, para trazerem as suas opiniões as suas revoltas, seus protestos contra todos e contra tudo.

Por esta razão eu acho que o Regimento Interno que é tão rígido em algumas coisas poderia ser muito mais liberal com relação ao comportamento dos Senhores Deputados que estão tumultuando, como é o meu caso, nós não estamos tumultuando uma Sessão Plenária, pelo contrário, estamos dando a nossa contribuição para que o Paraná seja melhor.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós entendemos Vossa Excelência Deputado Colombino Grassano, e em nenhum momento dissemos que a manifestação de Vossa Excelência ou do Deputado Rosinha tenham tumultuado a Sessão.

Apenas a Mesa é cobrada seguidamente em relação ao cumprimento do Regimento e tenho certeza que quando nós convocarmos

alguma pessoa para a Tribuna da Assembléia que não pertença aos quadros desta Casa o faremos dentro daquilo que estabelece o Regimento e sempre com a concordância dos Senhores Deputados.

Apenas prestamos uma orientação no sentido de que possamos cumprir o Regimento dentro daquilo que é exigido da Presidência da Mesa.

Requerimento nº 776, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos esta sessão, queremos nos congratular com a presença do Prefeito de Foz do Iguaçu, nosso colega Dobrandino Gustavo da Silva e assessores daquela Prefeitura Municipal.

Esta Presidência convoca os Senhores Líderes Partidários para uma reunião na Presidência após o término desta Sessão Plenária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 431/92, 433/92, 069/93, 087/93, 089/93 e 098/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUIJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON GARCIA, EM SESSÃO DO DIA 12 DE ABRIL DE 1993.

"A Injusta Pena de Rejeição Social"

Matéria escrita pelo Doutor Fené Ariel Dotti.

A Constituição brasileira declara que nenhuma pena passará da pessoa do condenado (Art. 5º XLV). Somente o responsável pelo crime, isto é, o autor e os cúmplices, é que devem sofrer as consequências do mal praticado.

Mas na história do Direito Penal brasileiro, esta garantia, designada como princípio da personalidade da pena não era obedecida. O mais vivo exemplo de sua violação se contém na sentença que condenou Tiradentes a morrer na forca porque o bravo incorfidente e alferes da Capitania de

Minas Gerais se insurgiu contra as violências que o reino de Portugal cometia contra os brasileiros, esbulhando as riquezas do nosso país e mantendo os nacionais em regime análogo ao da escravidão, além de explorar o braço negro e o pelourinho.

A sentença que condenou Tiradentes é uma síntese das penas cruéis e infamantes. Apesar do destaque para o seu aspecto corporal (morte na forca e mutilação da cabeça e dos membros) a justiça do Reino de Portugal ainda declarou infames os filhos do réu.

Proclamada a Independência (7.9.1822) a primeira Constituição Brasileira (25.3.1824) declarou solenemente que "nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Portanto, não haverá, em caso algum, confiscação de bens, nem a infâmia do réu se transmitirá aos parentes em qualquer grau que seja" (§§ 19 e 20).

O Código Criminal do Império (16.12.1830) também consagrou o princípio da personalidade da pena.

Muito embora todas as constituições brasileiras sempre tenham estabelecido expressamente esta garantia segundo a qual o cônjuge ou companheiro do autor do delito, seus filhos e demais parentes não podem sofrer as consequências do crime do qual não participaram, existe uma pena atípica aplicada pelo Estado e pela sociedade contra as pessoas inocentes. Trata-se da "Pena de rejeição" que se abate principalmente contra a esposa e os filhos do condenado.

E os menores sofrem mais que os adultos. A marginalização na escola e na sociedade e outros fatos tão dolorosos Estado e o reconhecimento da sociedade. Com efeito, diz a nossa lei fundamental que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado (art. 226).

Há uma estatística alarmante dessas pessoas vitimizadas pelo preconceito de serem parentes do condenado.

São menores abandonados que perambulam pelas ruas sem destino certo, carregando em seus ombros o peso de uma "condenação" sem culpa e de um "pecado" sem "pecador".

Para atenuar os males dessa "pena de rejeição" foi criada há pouco tempo a Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários (SOFRE) que reúne pessoas e esforços em torno de um projeto comunitário que poderá assumir importante posição no cenário dos direitos humanos.

O seu maior desafio, como se pode perceber, é a luta contra a injusta pena de rejeição social que sofrem os companheiros e os filhos dos condenados.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA
Aos trinta dias do mês de março de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Antonio Setti, Toti Colaço, Nilton Barbosa, Nelson Justus, Dalton Machuca, Emilia Belinati, Nelson Garcia, Valdir Rossoni e José Artur Ritti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 27/93 de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 79/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 14/93 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 82/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 34/93 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 91/93 de autoria do Deputado Euride Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 13/93 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Osvaldo Trevisan. APROVADO, com voto separado do Deputado Nilton Barbosa. 8) Projeto de Lei Complementar n° 46/93 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Osvaldo Trevisan. APROVADO, com voto separado do Deputado Nilton Barbosa; 9) Projeto de Lei n° 49/93 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 366/92 de autoria do Deputado Osvaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 71/93 de autoria da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 12) Proposição Veto n° 01/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 81/93 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 23/93 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 422/92 de autoria do Deputado Osvaldo Trevisan; 16) Projeto de Lei n° 78/93 de autoria dos Deputados João

Jensen e Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 17/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. A Deputada Relatora, Emilia Belinati, requer diligência. DEFERIDA. 18) Projeto de Lei n° 16/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca. APROVADO. 19) Projeto de Lei n° 73/93, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca. APROVADO. 20) Projeto de Lei n° 84/93 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca. APROVADO. 21) Projeto de Lei n° 70/93, de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 22) Projeto de Lei n° 74/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Artur Ritti. APROVADO. 23) Projeto de Lei n° 26/93, de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Artur Ritti. APROVADO. 24) Proposição Veto n° 04/93, do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 246/92, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osvaldo Trevisan. APROVADO. 25) Projeto de Lei n° 36/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osvaldo Trevisan. APROVADO. 26) Projeto de Lei n° 86/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osvaldo Trevisan. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Lino Rusch, João Preis, Luiz Carlos Zuk, Djalma de Almeida César, Nereu Moura e Ademar Traiano. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 015/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 334/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 91/92. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos

quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Lino Rusch, Luiz Carlos Zuk e Ojalma de Almeida César. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 68/93, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 034/93. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 72/93, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos trinta e um dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e três,

reuniu-se na sala de reunião das Comissões, às 13:30 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese. Os Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e João Preis, tiveram suas faltas justificadas; o primeiro em função de estar representando o nosso Estado em Brasília; e, o segundo por motivo de doença na família. Para a realização da 2.^a Reunião Ordinária desta Comissão. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 045/93 de autoria do Deputado Severino Félix. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
SOLANGE MANN - Secretária